



Mobilidade do capital e barreiras às migrações: desafios à política social

Que o capital seja capaz de mover-se sem barreiras e obstáculos de qualquer ordem e que a força de trabalho possa ser controlada e dominada, são características estruturais do modo de produção capitalista desde os seus primórdios. Primeiro foi necessário conquistar liberdade para transitar entre as terras que formavam os emergentes Estados nacionais, depois transitar entre os continentes, romper fronteiras e transformar seres humanos e recursos naturais em mercadorias.

O deslocamento do capital e, simultaneamente, da força de trabalho, primeiro do campo para as cidades dentro de cada país e depois entre as fronteiras nacionais para sua exploração, incremento da acumulação e expansão das relações comerciais, foi elemento fundamental para a reprodução do capital desde o século XVIII.

Neste sentido, a intensificação dos fluxos migratórios que caracteriza o início do século XXI, seja internamente em cada país ou entre nações, é um elemento que compõe o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo em que a financeirização, a reestruturação produtiva, o deslocamento de plantas industriais e a precarização das formas de contratação dos trabalhadores e das condições de trabalho foram as principais respostas da burguesia à queda nas taxas de lucro e à grande crise que se inicia nos anos 1970. Crise que se agudiza e se intensifica a partir de 2008, com o aumento em grande escala do desemprego e dos conflitos pelo controle de recursos vitais ao capital como petróleo e gás e as zonas em conflitos internos ou guerra aberta (Síria, Iraque, Ucrânia e Sudão são alguns exemplos).

A expansão em grande escala das transações financeiras e o incremento das novas tecnologias da informação e comunicação possibilitaram ao capital uma mobilidade sem precedentes. O capital não tem nacionalidade e não se fixa em territórios, mas necessita de uma força de trabalho cada vez mais barata, controlável, desorganizada e que não esteja sujeita aos mecanismos de controle das relações entre capital e trabalho ainda existentes nos Estados nacionais. Nenhum sujeito cumpre melhor esse papel que o imigrante. E cumpre duplamente. Primeiro porque está sujeito aos vínculos precários de trabalho, tem dificuldade para se organizar e não existe legalmente. Empregadores e Estado não precisam se responsabilizar por sua existência. O provimento de políticas sociais e o cumprimento da legislação trabalhista dizem respeito apenas aos cidadãos de cada país, aos demais, o limbo. Segundo porque mesmo que esse imigrante consiga tornar-se um cidadão ou ter sua existência reconhecida legalmente, ele tem sido responsabilizado pelo desemprego em massa e pela profunda crise que atinge as economias nacionais tanto pelos capitalistas quanto pelos trabalhadores, especialmente na Europa e nos Estados Unidos. Os verdadeiros responsáveis pela crise, os grandes capitalistas do mundo inteiro, encontraram o seu *bode expiatório* e os representantes políticos de seus interesses os acusam sem tréguas.

Por ter se tornado uma questão tão importante para entender o capitalismo contemporâneo, pensar a mobilidade do capital e os fluxos migratórios como parte do movimento mais geral de reprodução do capital e suas implicações para a reprodução da força de trabalho por meio das políticas sociais, constitui o principal objetivo do presente número da revista *Argumentum*.

Nesta direção os artigos trabalham diferentes aspectos desse processo, de modo que possamos compreender a mobilidade do capital, os fluxos migratórios e as reações repressivas e violentas a sua intensificação como parte da dinâmica de desenvolvimento do capitalismo na contemporaneidade.

O primeiro artigo *Mundialização do capital e mobilidade humana: cenários, atores e políticas* esforça-se por compreender o aumento da mobilidade internacional da força de trabalho como resultante do processo de desenvolvimento desterritorializado do capital, um processo que simultaneamente liberta o capital de todas as amarras legais e aprisiona os trabalhadores em seus territórios posto que os imigrantes, o trabalhador sem território, são tratados como uma ameaça à estabilidade da ordem nacional, encontram inúmeras barreiras para se estabelecer nos países para os quais migram e são fixados na precariedade social e trabalhista. O artigo conclui que este é um dos elementos mais perversos do desenvolvimento altamente desigual do capitalismo financeirizado e mundializado, pois o aumento do desemprego em todo o mundo e da precariedade laboral, estimula os fluxos migratórios dos trabalhadores e os condena a uma situação de maior precariedade. O movimento de desterritorialização do capital, de exacerbação das transações financeiras, o trabalho precarizado e o aumento dos fluxos migratórios da força de trabalho são parte do mesmo fenômeno.

O segundo artigo *Imigração, território e as políticas de seguridade social* problematiza o processo de inserção e regularização de imigrantes no Brasil a partir do acesso às políticas de seguridade social (previdência social, saúde e assistência social) que exigem a territorialização como condição para o atendimento dos usuários de seus serviços, obrigando os imigrantes a lidarem com as requisições burocráticas necessárias à fixação no território e todas as dificuldades decorrentes. A quase inexistência de centros públicos de acolhimento à população imigrante no país, aumenta as dificuldades desse processo.

O terceiro artigo *Fluxos migratórios, tráfico de mulheres e feminização da pobreza* trata de um aspecto não desprezível do aumento dos fluxos migratórios e do processo de controle e criminalização da migração indocumentada: a feminização da pobreza e o tráfico de mulheres. O artigo lança luzes sobre o fato de que a histórica opressão de gênero sofrida pelas mulheres (baixos salários, mais horas de trabalho, repressão e exploração sexual) é maior entre as mulheres migrantes e imigrantes, posto que estimuladas por promessas de trabalho e maiores rendimentos, muitas mulheres das regiões mais pobres do mundo se tornam prisioneiras de redes mundiais de prostituição, tráfico de drogas e trabalho escravo. O fato de cerca de cinquenta por cento dessas migrantes estarem cientes de que exerceriam alguma atividade ligada à venda de sexo, não diminui o fato de que são exploradas e tem os seus direitos sistematicamente violados por seus aliciadores. O artigo ressalta que as mulheres, no conjunto da população migrante e imigrante, estão sujeitas a amplificação da histórica opressão da sexualidade

e mercantilização de seus corpos. Os elementos da opressão de gênero são mais intensos para as mulheres migrantes e imigrantes.

O quarto artigo *Haitianos no Brasil: do ingresso pela Amazônia à inserção precarizada* é resultado de pesquisa exploratória sobre o perfil e situação dos haitianos que chegam ao Brasil pela Amazônia Sul Ocidental. O artigo faz um interessante retrato desses imigrantes e das redes de apoio construídas para acolhê-los e que envolvem órgãos do Estado nas três instâncias (federal, estadual e municipal), estabelecendo as necessárias conexões entre a construção dessas redes de apoio pelo Estado e o interesse de determinados setores da economia em parte dessa força de trabalho, especialmente os homens jovens, oferecendo-lhes baixos salários e contratos precários de trabalho, reiterando a relação entre a mobilidade do capital, a financeirização, a reestruturação produtiva e o aviltamento das condições de vida e trabalho dos trabalhadores, em particular, da força de trabalho imigrante.

O quinto artigo *O trabalho infantil doméstico nas economias periféricas dependentes: particularidades do Brasil* aponta a persistência do trabalho infantil doméstico no país como um elemento resultante da atual dinâmica da economia mundial. Em particular vincula a mobilidade das plantas industriais do centro para a periferia do capitalismo à manutenção da persistente superexploração da força de trabalho no Brasil, em particular da força de trabalho feminina, especialmente nos setores mais precarizados. Ou seja, as mulheres, uma força de trabalho mais barata e *dócil* substituem os homens nas empresas na periferia do capitalismo e estas são substituídas por crianças no trabalho doméstico, tornando ainda mais baratos os custos de reprodução da força de trabalho. Neste sentido, o artigo estabelece as necessárias conexões entre a mobilidade do capital, em particular das plantas industriais, como forma de enfrentamento da mais longa crise capitalista e a persistência da exploração do trabalho doméstico infantil nas economias dependentes.

O sexto artigo *Competing interpretations of sócio-political crisis in Ukraine in 2013-2016* evidencia como a crise ucraniana tem sido interpretada de diferentes formas por analistas acadêmicos e não acadêmicos e outros atores da sociedade, em acordo com os interesses em jogo na disputa pelo território ucraniano e seus recursos. Cada interpretação tende a ressaltar apenas um aspecto do processo. Para uns trata-se de um processo que coloca em evidência a necessidade de conquista da soberania nacional e de abertura do país à economia mundial, tornando possível o seu crescimento e inserção nesta economia. Para outros, este é um processo em que forças políticas aliadas aos interesses das grandes potências econômicas mundiais, tentam subordinar os interesses de seus cidadãos e do país aos interesses dessas potências. As diferentes interpretações não têm sido capazes de elucidar os diferentes interesses em jogo em nível internacional, o papel a ser desempenhado pelo país neste processo e os interesses dos diferentes atores internos. Neste sentido, o artigo nos estimula a compreender o quanto a mundialização do capital e o necessário controle que este processo requer sobre os recursos naturais, sobre as vias de acesso aos mesmos e sobre a força de trabalho afeta de diferentes modos cada país, desafiando seus atores políticos e seus estudiosos a compreenderem todos os elementos do cenário para melhor se posicionarem neste processo.

Cada artigo deste número proporcionará ao leitor a compreensão de alguns dos muitos aspectos dos processos que dizem respeito à mobilidade do capital e da força de trabalho. Além dos artigos temáticos a sessão *Debates* também trata o tema, preocupando-se particularmente com as respostas do Estado à questão. Tanto as sessões temáticas, quanto a sessão de temas livres e resenha do atual número, fortalecem o compromisso da revista em constituir-se como espaço de reflexão sobre a sociedade e a política social no mundo contemporâneo sob as mais diferentes perspectivas.